

# Projeto

## Conexão Local - ANO II

### Projeto Castanha-do-Brasil Amapá

Camila Jorge Haddad  
Matheus Fortes Bonelli

**Tutor:** Otávio Prado

2006

# Projeto Conexão Local

1. Considerações Iniciais .....	2
2. Introdução .....	2
2.1. O Local .....	2
2.1.1. Estado do Amapá .....	2
2.1.2. Região Sul do Estado do Amapá .....	4
2.1.3. RESEX do Cajari e RDS do Iratapuru .....	5
2.2. O Produto Castanha-do-Brasil .....	6
2.2.1. Características e Usos .....	6
2.2.2. Cadeia Produtiva .....	8
2.2.3. Histórico .....	9
2.3. O Projeto Castanha-do-Brasil .....	10
2.3.1. Início .....	10
2.3.2. Principais Objetivos .....	11
3. Contexto .....	12
3.1. A COMARU .....	13
3.2. A COMAJA .....	17
3.3. Outras Comunidades Visitadas .....	22
4. Discussão .....	23
4.1. Problemas Enfrentados .....	23
4.2. Ações Prioritárias e Oportunidades de Reascensão .....	26
Conclusão .....	29
Referências Bibliográficas .....	30
Entrevistas .....	31



## 1. Considerações Iniciais

Elaborado pelos graduandos Camila Jorge Haddad e Matheus Fortes Bonelli, este relatório é resultado da pesquisa qualitativa realizada no Estado do Amapá sobre o Projeto Castanha-do-Brasil, premiado pelo Programa Gestão Pública e Cidadania em 2001, sob a orientação de Otávio Prado. Este estudo de campo é parte integrante do Projeto Conexão Local 2006. Os dados aqui contidos foram obtidos a partir de entrevistas realizadas em campo e análise bibliográfica.

## 2. Introdução

### 2.1.O Local

#### 2.1.1. Estado do Amapá

O Amapá, estado brasileiro situado na região norte, tem como limites a Guiana Francesa ao norte, o estado do Pará ao sul e ao leste, Suriname a noroeste e o Oceano Atlântico como limite oeste. A área do estado, de 143.453,7 km<sup>2</sup> <sup>1</sup> representa 1,8% do território nacional. O estado do Amapá é muito pouco povoado, com população total de 594.587 habitantes e densidade demográfica de apenas 3,34 hab/km<sup>2</sup>.

A palavra “amapá” é de origem indígena e vem da Nação Nuaruaque, que habitava a Região Norte do Brasil, e é o nome dado a uma espécie de árvore brasileira da família Apocináceas.

A descoberta do ouro e a valorização da borracha no mercado internacional, durante o século XIX, promoveram o povoamento do Amapá e acirraram as disputas territoriais, mas em primeiro de dezembro de 1900, a Comissão de Arbitragem de Genebra concedeu a posse do território ao Brasil, incorporado ao Pará.

Elevado à categoria de território em 1943, como estratégia política e militar de ocupação e defesa da fronteira, seu desenvolvimento foi impulsionado pela descoberta de jazidas de manganês. Coberto pela Floresta Amazônica, a atividade turística é pouco explorada em razão da falta de infra-estrutura. Foi apenas na constituição de 1988 que o Amapá se tornou um estado brasileiro.

<sup>1</sup> Dados obtidos do IPEADATA, acessíveis em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 10 nov. 2006.

# Projeto Conexão Local

O clima no Amapá é equatorial úmido, com temperaturas elevadas. No entanto, há um período mais seco de agosto a novembro. Além disso, dos estados amazônicos ele é considerado um dos mais conservados, possuindo 98% de área vegetal preservada, sendo 73% desse total formado por florestas (ROSÁRIO; LIMA JÚNIOR, 2002).

O estado é marcado por mega-projetos de capital estrangeiro que foram instalados na Amazônia, a exemplo do Projeto Jarí. Este é constituído de vários segmentos de negócios, como florestal (celulose), pecuária, agricultura, portos, rede elétrica entre outros, o projeto idealizado por Daniel Keith Ludwig prometia desenvolvimento, no sul do Amapá, e norte do Pará. Porém, como a maioria dos projetos estrangeiros realizados na Amazônia, o sonho de Ludwig também não deu certo. Controlada pelo grupo Orsa, a Jarí Celulose é o que sobrou do projeto Jarí, e ainda é a principal fonte de renda dos povos do sul do Amapá e norte do Pará.

A exploração de manganês na Serra do Navio também fracassou, na medida em que a exploração desmedida acabou por esgotar grande parte das reservas deste recurso mineral, o que isolou ainda mais o estado, pois este estava incluso em uma política de exportação em massa, se contrapondo ao ideal de desenvolvimento baseado em uma forte política local aliada à sustentabilidade.

A economia local é baseada principalmente na coleta da castanha-do-brasil, objeto de estudo deste trabalho. Além da extração da madeira, da mineração do manganês e, em menores proporções, do extrativismo de produtos regionais (açai, andiroba, copaíba, seringa) e da agricultura, em geral familiar.

A economia do estado pode ser considerada irrelevante, pois representa apenas 0,2%<sup>2</sup> do PIB nacional, uma vez que o estado compra grande parte do que é consumido, conseqüentemente, deixando de produzi-lo. Atualmente, o Amapá é o maior comprador de produtos provenientes do Pará.

Deve-se considerar que existem alguns empecilhos relevantes que travam ou desaceleram o crescimento econômico do estado, entre os quais é possível destacar a falta de infra-estrutura, em especial a dificuldade de transporte e de escoamento de produção, já que na região o transporte rodoviário é quase impraticável e o fluvial ainda é muito precário, e a abrangência das reservas indígenas e Parques Nacionais, que não podem ser exploradas, mesmo que para atividades sustentáveis.

<sup>2</sup> Dados obtidos do IPEADATA, acessíveis em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 10 nov. 2006.



Os indicadores sociais revelam as condições de pobreza e exclusão social do estado. O índice de analfabetismo corresponde a 9,2%, desconsiderando a população rural, onde se encontra o maior percentual de analfabetos. O índice de mortalidade infantil, 22.4‰, também é elevado. Como resultado desses indicadores, o IDH também é muito baixo, 0,753, que mesmo sendo o maior índice da região norte, ainda é inferior ao índice nacional e comparável a países como Belize e Sri Lanka, evidenciando a enorme desigualdade regional existente no Brasil<sup>3</sup>.

O que se pode notar de diferenciado em relação à pobreza dos grandes centros urbanos do país é que a população agro-extrativista residente nas reservas e seus respectivos entornos (regionalmente chamados de caboclos), apesar da baixa renda e das condições precárias de moradia, dispõe de abundância de água e alimentos, além da ausência de fatores como poluição, trânsito e submissão ao trabalho para terceiros. Estes fatores acabam por gerar, numa análise mais ampla, uma qualidade de vida relativamente melhor. Tal situação, infelizmente, não é a realidade das áreas urbanas dos municípios amapaenses, uma vez que, deparando-se com a falta de emprego e renda, muitos se submetem a péssimas condições de higiene e moradia, predominando nestes centros urbanos casas em palafitas rodeadas de lixo produzido pelos próprios moradores, que descartam seus resíduos nos rios. Ainda pode-se citar a constante presença de zonas de prostituição, inclusive de menores, geralmente rodeadas de bares e estabelecimentos de comércio informal.

## 2.1.2. Região Sul do Estado do Amapá

Na região sul do estado do Amapá é onde se encontram os principais problemas em situação mais preocupante. A BR-156, que corta o estado em direção ao sul, se encontra em péssimas condições de tráfego, sendo transitada com dificuldade apenas por veículos com tração nas quatro rodas e tornando a região inacessível na parte mais chuvosa do ano. A região sul, apesar de ser a mais habitada, possui poucas cidades, destacando-se Laranjal do Jarí, Mazagão Velho, Vitória do Jarí, e comunidades como Santo Antônio da Cachoeira (que teve grande importância econômica nos anos 20) e São Francisco do Iratapuru, onde se encontra a cooperativa mista agro-extrativista do Rio Iratapuru (COMARU).

<sup>3</sup> Dados obtidos do IBGE. Acessíveis em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)>. Acesso em: 10 nov. 2006.

Quanto aos aspectos sociais, as poucas regiões com energia elétrica são dependentes de geradores a óleo diesel, já que não há outras fontes energéticas disponíveis. Existe um projeto para a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Jari, próximo à comunidade de Santo Antônio da Cachoeira, mas além de inundar várias comunidades locais, os danos ambientais causados à região seriam imensos, o que praticamente inviabiliza sua construção.

Quanto à economia, a população economicamente ativa do sul do estado concentra-se em grande parte no setor secundário, devido à presença de indústrias de grande porte como a Jari Celulose, além de ter uma boa participação no setor primário, devido ao extrativismo e agropecuária. Dentre as atividades econômicas principais se encontram a extração de madeira, castanha-do-brasil, copaíba, breu, criação de búfalos, entre outras.

### 2.1.3. RESEX do Cajari e RDS do Iratapuru

O projeto estudado fica localizado, quase em sua totalidade, dentro de reservas ambientais, administradas por órgãos públicos.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS)<sup>4</sup>, administrada pela Secretária Estadual do Meio Ambiente (SEMA), foi criada em dezembro de 1997, por iniciativa do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA). Contando com recursos do Programa de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), WWF-Brasil e Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ), agência de cooperação técnica alemã, a RDS tem como finalidade a preservação da floresta, com o desafio de melhorar as condições de vida por meio de extração sustentável de produtos florestais.

A Reserva tem em torno de 806.000,00 hectares, patrulhados pelos agentes da SEMA, em parceria com o Batalhão Ambiental que atua no estado. Dentre as contravenções que ocorrem na RDS, as que mais se destacam são a pesca predatória, caça, garimpos irregulares, desmatamentos, confusões entre castanheiros, bio-pirataria, agropecuária sem licença e queimadas.

<sup>4</sup> Estivemos na Reserva por um período de três dias, com apoio de seu gerente, Dimitrius Gabriel

A RDS do Rio Iratapuru está localizada nos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branca do Amapari, além de ter como divisas a RESEX do Cajari, o Parque nacional das montanhas do Tumucumaque e algumas reservas indígenas como a Terra Indígena Waiãpi. Santo Antonio da Cachoeira, Padaria, São Militão, São Francisco do Iratapuru, São Raimundo e São Rafael são algumas das comunidades próximas à Reserva, que exploram seus recursos. É importante lembrar que a maior parte da população extrativista habita o entorno da reserva, penetrando nela apenas para retirar os produtos florestais. A população que realmente habita a área da reserva é de apenas 150 pessoas.

A Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX do Cajari) também está localizada na região sul do Amapá. Sua criação remonta ao começo do século passado, quando a área era propriedade do Coronel José Júlio (regionalmente conhecido por “Jararaca”), um grande latifundiário cujas posses ultrapassavam os limites do estado, estendendo-se para o Pará. Nessa época, muitos migrantes chegaram à região (nordestinos, em sua maior parte maranhenses) e tiveram seu trabalho explorado pelo Coronel. Com o enfraquecimento do poder de José Júlio, suas terras foram vendidas sucessivamente até se tornarem propriedade do Projeto Jarí. Com a conseqüente “decadência” do extrativismo tradicional, parte da população aceitou subempregos no Projeto Jarí, alguns migraram para outras regiões e os que ali permaneceram vivendo do extrativismo mantiveram-se vítimas do sistema de aviamento.

Em 1985, associações, sindicatos e cooperativas locais se uniram em uma luta pela criação de áreas protegidas para os seringueiros, tais como aquelas destinadas aos índios. Essa luta resultou em um decreto que criou a RESEX do Rio Cajari em março de 1990. Localizada nos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jarí, a RESEX é caracterizada por alta pluviosidade, principalmente nos meses de fevereiro, março e abril. Sua área é de 481.650 hectares e sua administração e fiscalização são de competência do IBAMA.

## 2.2.O Produto Castanha-do-Brasil

### 2.2.1. Características e usos

Pertencente à família Lecythidacea, a castanha-do-brasil é facilmente encontrada na região amazônica, em maiores concentrações na porção brasileira da floresta, principalmente no planalto que separa as bacias do Baixo Amazonas e o Alto Tocantins, e nas terras altas ao norte do Rio Jarí.



Seu ciclo de vida é particular. Por ser uma árvore de alta produtividade, a castanheira gasta quase toda sua energia na época de produção dos frutos. Como isso se tornaria insustentável em longo prazo, a cada cinco anos ocorre uma safra de baixíssima produtividade, a fim de que a castanheira possa armazenar substratos para se manter viva.

O fruto da castanheira, conhecido como ouriço, é uma cápsula de casca lenhosa e dura, de formato esférico e levemente achatado. Contêm em seu interior em média 15 sementes. As amêndoas são altamente nutritivas, especialmente pelo seu valor protéico. A tabela 1, a seguir, apresenta os dados da composição nutricional da castanha-do-brasil.

Tabela 1: Composição nutricional da castanha-do-brasil.

Composição Nutricional	
<b>Protídeos</b>	16,4%
Lipídeos	69,3%
Glicídios	3,2%
Sais Minerais	3,5%
<b>Fibras</b>	4,6%
Cálcio	0,2%
Fósforo	0,7%
<b>Vitaminas do complexo B</b>	150 mg

Fonte: TBCA-USP

Devido ao sabor agradável e à riqueza nutritiva, a castanha tem um ótimo potencial de consumo para a alimentação. Além da forma *in-natura*, ela comumente consumida depois de desidratada, na forma comercialmente chamada por castanha *dry*. Mas seu consumo não se limita apenas ao consumo das amêndoas, podendo ainda realizar-se a extração de óleo, muito utilizado pela indústria de cosméticos, e da torta, como é chamada a “massa” resultante da extração do óleo, que pode ser utilizada na fabricação de doces, bolos e biscoitos.

O potencial de comercialização do fruto, contudo, não pára por aí. O ouriço, depois de extraídas as sementes, pode ser utilizado na confecção de artesanato ou como combustível para a defumação de borracha. Já as cascas das sementes podem ser utilizadas para fabricação de ração animal. Há estudos para verificar a possibilidade de utilizá-las na produção de biodiesel.



É importante destacar que a castanheira-do-brasil é uma excelente alternativa para o reflorestamento de áreas degradadas, pois se adapta facilmente ao solo da região e inicia sua produção cerca de cinco anos após o plantio, além de ter produzir uma madeira de boa qualidade que pode ser extraída de modo sustentável.

Como a castanha-do-brasil possui diversas possibilidades de exploração, ela pode não só gerar renda para a população local, mas também permitir sua produção de forma ecológica e sustentável. Isso a torna um produto muito importante para a região, e que deve ser estudado mais atentamente.

## 2.2.2. Cadeia Produtiva

A produção de frutos da castanheira se dá no período chuvoso, que no estado do Amapá ocorre em geral entre os meses de dezembro e junho. A coleta é feita durante todo este período. Para isso, os castanheiros montam acampamentos temporários em meio à floresta, a fim de evitar a cansativa jornada desde suas comunidades até os castanhais, o que muitas vezes leva mais de um dia.

Sendo praticamente impossível a colheita tradicional, dada a altura das castanheiras e a incerteza quanto à maturidade dos frutos, costuma-se coletar os ouriços caídos ao chão. As castanhas são então retiradas dos mesmos a partir de cortes com terçado ou machadinha. Embora seja usual lavarem-se as sementes no rio para retirar a terra das cascas, isso nem sempre é praticado já que alguns especialistas dizem que tal lavagem leva as impurezas para dentro da semente. Posteriormente, as sementes são armazenadas em grandes sacos, geralmente deixados próximos às margens do rio. Ao acumular-se uma quantidade significativa, os castanheiros levam os sacos em voadeiras (pequenas embarcações com motor) até a comunidade, repetindo este processo até que a castanha se esgote. Nessa fase é onde tradicionalmente cessa a participação dos caboclos na cadeia de produção, quando vendem a sua produção de castanha *in-natura*, com baixo valor agregado, aos atravessadores.

O próximo passo, o beneficiamento, inicia-se com a desidratação das sementes, que pode ser realizada artesanalmente em estufas ou utilizando-se secadores específicos. Após a secagem é feito o descascamento, geralmente de forma manual, com o auxílio de prensas metálicas. Esse



costuma ser um processo lento e que necessita de uma maior quantidade de mão-de-obra, já que as castanhas são descascadas uma a uma. Em seguida o produto pode ser higienizado e embalado para comercialização ou seguir para a extração de óleo e fabricação de diversos derivados.

Em todo processo é necessário seguir as exigências da Vigilância Sanitária, além de padrões do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tanto na higienização e tratamento do produto, características da embalagem quanto na sua classificação em categorias. Isso dificulta a realização do beneficiamento pelos próprios extrativistas dentro de suas comunidades, o que acaba por torná-los o elo mais fraco da cadeia produtiva, na medida em que são “obrigados” a desempenhar eternamente o papel de fornecedores de matéria-prima bruta.

### 2.2.3. Histórico

Muitos migrantes vieram para o Amapá com o ciclo da borracha. Em sua maioria nordestinos, eles buscavam melhores condições de vida na floresta. Com o fim do ciclo da borracha, estes migrantes, ou “caboclos”, continuaram na mata retirando seu sustento do extrativismo, em especial da castanha.

Isolados na floresta, o único contato dos castanheiros com o meio exterior era feito por meio dos atravessadores. Este ciclo de dependência é caracterizado pelo sistema do aviamento. Neste sistema, os atravessadores compram a produção de castanha, em geral antes de iniciar o ciclo do produto, como se fosse uma espécie de financiamento para o período de entressafra. Na hora de realizar a compra, os atravessadores determinam um preço, geralmente muito baixo. Ao mesmo tempo, os atravessadores vendem aos castanheiros gêneros básicos de sustento, a preços muito altos, fazendo com que os castanheiros se endividem mais uma vez, entrando em um ciclo de dependência do qual nunca conseguem se livrar, o que aumenta o poder dos atravessadores na relação. Nas comunidades visitadas, alguns castanheiros relataram que seus antepassados chegavam a trocar um hectolítro<sup>5</sup> de castanha por uma única lata de leite em pó.

---

<sup>5</sup> Corresponde a 100 litros ou cinco latões de castanha.





Como preço do aviamento é muito superestimado, o atravessador obtém uma margem desmesurada de lucro nessa relação. Mas os próprios atravessadores também são prejudicados na hora de revender a safra, pois o comércio de produtos da floresta é extremamente concentrado na mão de cartéis e monopólios. O comércio da castanha-do-brasil é dominado pelos exportadores da Família Mutran, ou “os Mutrans”, como são conhecidos seus membros e as pessoas que prestam serviços para eles. É importante salientar que, apesar da produção de castanha-do-brasil ser muito maior no Amapá que no Pará, sua denominação como “castanha-do-pará” consiste em uma estratégia para aumentar o monopólio dos cartéis do Pará em relação à exportação da castanha.

## 2.3.O Projeto Castanha-do-Brasil

### 2.3.1. Início

O Projeto Castanha-do-Brasil se tornou viável a partir do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), instituído em agosto de 1995 pelo governo do Amapá, sob a gestão de João Alberto Capiberibe. O PDSA tinha como principal diretriz a promoção de ações públicas de incentivo e garantia à sustentabilidade econômica, considerada o resultado do equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas. Especialmente na parte ocidental do Amapá, onde são extensas as florestas habitadas por grupos indígenas, seringueiros, castanheiros e ribeirinhos, o desafio do desenvolvimento sustentável é conseguir obter benefícios econômicos através da gestão dos ecossistemas naturais, transferindo para as gerações futuras um capital natural pouco alterado. As principais atividades compatíveis com essa premissa são o manejo florestal de baixo impacto, o extrativismo sustentável e o beneficiamento dos produtos da floresta, assim como o ecoturismo.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do PDSA são muito diversos, indo do apoio às comunidades locais, desenvolvimento de energia solar ou de microgeradoras e ecoturismo até um projeto de assentamentos agroindustriais em torno da palma africana (dendê), para produção de óleo como fonte alternativa de energia. Além de promover um pólo moveleiro e outro pesqueiro, de apoiar o artesanato e a exploração extrativista, uma das inovações mais interessantes do governo, no apoio ao desenvolvimento econômico, foi a criação de uma incubadora de empresas dentro do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), denominada

Parque de Incubação de Empresas e Extensão Tecnológica do Estado do Amapá (PIETEC), Esta ministra cursos para integrantes de cooperativas e associações desejosos de desenvolver seu projeto, assim como repassa as inovações tecnológicas geradas dentro do Instituto.

O PDSA ganhou grande destaque no governo de João Capiberibe, sendo comum sua menção como um projeto pessoal do ex-governador. De fato, o PDSA foi uma iniciativa muito importante considerando-se o contexto do estado do Amapá, onde as preocupações com produtividade e crescimento econômico estão intimamente ligadas às questões ambientais e sociais.

Nesta lógica de desenvolvimento, para enfrentar os problemas referentes à situação de pobreza e exploração dos castanheiros do Amapá, especialmente ao sul do estado, criou-se em janeiro de 1995, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o Projeto Castanha-do-brasil. Ele foi idealizado e teve sua criação firmada durante a campanha eleitoral para o governo estadual de 1994, em conjunto com a comunidade do Rio Iratapuru, onde mais tarde seria implantada uma das cooperativas do projeto.

### 2.3.2. Principais objetivos

Desde o momento de sua criação, o Projeto Castanha-do-brasil demonstrou preocupação real com ações de fomento à extração e beneficiamento sustentável do produto castanha e, primordialmente, com a melhoria da qualidade de vida dos extrativistas. Seus objetivos principais eram: gerar emprego e renda; valorizar os produtos da floresta; combater a pobreza; evitar o êxodo rural e promover cidadania aos povos ribeirinhos da Amazônia. A idéia principal era criar uma infra-estrutura que possibilitasse a agregação de valor ao produto, através da industrialização da castanha, além de gerar empregos para os castanheiros e suas famílias, eliminando a dependência dos atravessadores e dos empregos gerados pelo Projeto Jari. Assim, são formalmente definidas como suas principais metas:

- 1) Criar infra-estrutura para a colheita, transporte, beneficiamento e comercialização da castanha-do-brasil e seus derivados;



- 2) Criar um sistema de economia solidária para os agroextrativistas em defesa dos interesses da categoria, visando o fortalecimento da sociedade e a melhoria de qualidade de vida;
- 3) Comercializar a castanha-do-brasil e seus derivados diretamente, evitando atravessadores, de forma a alcançar melhor preço de venda pela agregação de valor, da capacidade de produção e da comercialização direta;
- 4) Disseminar o cooperativismo e o associativismo e capacitar gestores;
- 5) Incentivar a construção de fábricas para o beneficiamento da castanha-do-brasil no município de Laranjal do Jarí, sendo uma na cidade de Laranjal do Jarí e outra na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru;
- 6) Incentivar o escoamento da produção por meio da liberação de recursos para a melhoria dos ramais, aquisição de embarcações, construção de paióis para estocagem, construção de abrigos para os castanheiros e ajudantes dentro dos castanhais na época da colheita;
- 7) Agregar valor ao produto e melhorar a renda familiar dos castanheiros;
- 8) Incentivar a comercialização dos produtos da floresta, através da criação do Mercado dos Produtos da Floresta e da Agência Nacional de Negócios do Amapá, designando uma equipe de especialista na comercialização dos produtos.

### 3. Contexto

Aproveitando o início das mobilizações locais de castanheiros o Projeto acabou desempenhando um papel de propulsor no surgimento e/ou crescimento das cooperativas de extrativistas, cuja intenção inicial era apenas concentrar a produção dos cooperados, permitindo maior poder de barganha na negociação do preço. A partir da evolução das cooperativas se iniciaram esforços para o beneficiamento da castanha, além da produção de derivados (óleo e torta). As cooperativas que mais se destacaram nesse processo foram a Cooperativa Mista Agro-extrativista do Rio Iratapuru



(COMARU) e a Cooperativa Mista Extrativista dos Agricultores de Laranjal do Jarí (COMAJA), que serão detalhadas a seguir.

## 3.1.A COMARU

Desde meados da década de 1960 havia caboclos habitando as margens do rio Iratapuru, mas suas moradias eram isoladas, distante uma da outra. A comunicação com outros comunitários era feito por meio de pequenas embarcações a remo, confeccionadas pelos próprios caboclos, o que dificultava um contato mais freqüente.

Em sua maioria castanheiros, os habitantes do Iratapuru começaram a pensar em uma forma de diminuir a dependência em relação aos atravessadores. Sendo assim, em 1991, foi formada a Cooperativa Mista dos Produtores e extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU), que tinha como objetivo inicial reunir a produção de todos os castanheiros para aumentar o poder de barganha em relação aos atravessadores, e permitir negociar melhores preços com estes. Com a criação da cooperativa, os habitantes das margens do Rio Iratapuru começaram a estabelecer suas residências em um lugar comum, dando origem a Comunidade São Francisco do Rio Iratapuru. Apesar disso, a comunidade permanece isolada. Para se chegar ao local, é necessário se deslocar de Laranjal do Jarí no Amapá até Monte Dourado, no estado do Pará, andar uma hora de automóvel por uma estrada não pavimentada até o Porto do Sabão e, em seguida, navegar em uma voadeira por cerca de 40 minutos, de volta ao Amapá.

Durante a campanha eleitoral de 1994, o então candidato ao governo do estado João Alberto Capiberibe, em visita a São Francisco do Iratapuru, firmou uma promessa junto aos castanheiros de criar o Projeto Castanha-do-barsil, que envolveria a construção de uma fábrica na comunidade. Em janeiro de 1995, com a implantação do Projeto, foi doado um barco para realizar o transporte do produto até o Porto do Sabão. Simultaneamente, foi firmado um acordo para que o estado comprasse toda a produção de castanha, para ser usada como complemento alimentar na merenda escolar da rede pública, iniciando-se também a produção artesanal de biscoito de castanha pela cooperativa.

Com o repasse de US\$ 290 mil pelo Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), foi construída a fábrica de biscoitos da COMARU. Para viabilizar as atividades da fábrica, o governo fez a



# Projeto Conexão Local

doação de um gerador e de uma estação de captação, tratamento e distribuição de água potável. Além de atender a fábrica, essa nova infraestrutura passou a atender também toda a comunidade.

O ciclo de produção funcionava da seguinte forma: a produção de castanha era reunida e enviada para a Cooperativa Mista dos Produtores e Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COMAJA), que se encarregava de quebrar e extrair o óleo da castanha. Depois disso, a torta resultante era enviada de volta a COMARU, que fabricava o biscoito para distribuição na rede de ensino pública do Amapá, onde era usado na merenda escolar. Esta ação trouxe mais benefícios do que o previsto, já que estudos do governo estadual mostraram que a introdução dos biscoitos no lanche das crianças resultou em um aumento do rendimento escolar. Esse acordo não durou muito, pois logo após, a própria COMARU passou a extrair e quebrar a castanha, retirando seu óleo. A remuneração dos cooperados era feita de duas formas: a primeira, na venda da castanha para a cooperativa. A segunda, quando o lucro da cooperativa fosse dividido.

Apesar dessa idéia promover a geração de emprego, renda e independência para os cooperados, havia interesses pessoais em conflito. A família Castelo, que assumiu a direção da cooperativa em meados da década de 1990, chegou à comunidade algum tempo após o surgimento da mesma, exclusivamente por interesses econômicos, uma vez que não eram provenientes da região da reserva ou de seus entornos, mesmo alegando o contrário. A família não era bem vista pelos outros cooperados, pois eles desconfiavam da falta de transparência na prestação de contas da direção, principalmente porque em uma cooperativa, todos deveriam ter direito de voz e voto. Após a vitória de seus opositores na eleição para presidência da cooperativa, os Castelo tentaram incriminar outros membros da comunidade pelas irregularidades em sua gestão. Isso foi motivo de muitas brigas, que levaram à expulsão da família da comunidade. Como consequência deste fato, há depoimentos de que um integrante da família Castelo teria invadido a comunidade e ateado fogo na fábrica de biscoitos. Tal versão não pode ser confirmada nem comprovada pela polícia, mas este incêndio criminoso destruiu a fábrica que prometia, e estava cumprindo, inclusão social aos povos ribeirinhos do Rio Iratapuru. Pouca coisa poderia ser reaproveitada do antigo incêndio e aquilo parecia ser o fim do sonho dos cooperados.

Nesse mesmo período, começaram a ser feitos os primeiros contatos com a empresa de cosméticos Natura, que estava interessada em firmar um acordo com a cooperativa para comprar diretamente óleo de castanha, copaíba e



# Projeto Conexão Local



breu branco, utilizados na produção de cosméticos. Ciente dos fatos ocorridos na comunidade, a Natura teve a iniciativa de patrocinar a reconstrução da fábrica, mediante a assinatura de um contrato que previa como contrapartida o fornecimento das matérias-primas necessárias à produção de cosméticos. A nova fábrica construída extrai óleo de castanha, mas não produz o biscoito como a antiga fábrica. Pelo contrato firmado, a Natura também se comprometia a pagar um preço considerado justo pela matéria-prima, muito acima do preço de mercado, além de criar um fundo formado por 0,5% da receita líquida das vendas dos Produtos da linha EKOS. Esse fundo, criado em uma negociação que envolveu a COMARU, a SEMA e a Natura, seria uma espécie de remuneração pelo acesso aos produtos da biodiversidade, revertido em benefício da comunidade para a construção de escolas e hospitais, embora dependente da aprovação da Natura para seu uso.

O primeiro contrato da Natura com a COMARU previa a entrega de 16 toneladas de óleo de castanha. Devido a problemas com a quebra da safra, baixa produção e seca precoce das águas do rio, a meta não pode ser cumprida e o contrato teve que ser negociado. A partir dessa experiência, os dirigentes da COMARU resolveram que iriam avaliar primeiramente como seria a produção do ano em questão, e só após iriam negociar o contrato com a Natura.

Paralelamente, o governo construiu uma nova fábrica de biscoitos para a comunidade em parceria com a COMARU, em local um pouco afastado da antiga fábrica, que agora extrai somente óleo para a Natura. O fato é que a necessidade da fábrica ter que cumprir os padrões legais e devido ao seu maquinário restrito, a produção e a venda dos biscoitos produzidos não chegam a pagar o custo de funcionamento da fábrica. Devido a isso, a fábrica não está mais operando.

Atualmente a castanha extraída da floresta chega à fábrica, onde é armazenada no chão de um galpão. Em seguida, é colocada em um secador, onde permanece até ficar desidratada. No passo ela é quebrada pelas mulheres dos castanheiros. Logo após, a castanha é colocada em uma máquina, que as prensa até extrair todo o óleo. Como a fábrica de biscoitos não está funcionando, a massa desidratada não é aproveitada, o que significa uma grande perda de lucro para a comunidade.

Durante a visita à comunidade de São Francisco do Itatapuru, constatamos que a cooperativa não consegue comprar castanha de todos os castanheiros, já que não tem capital de giro para isso. Além disso, alguns castanheiros

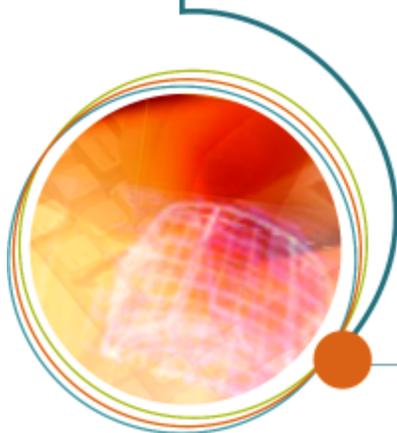
# Projeto Conexão Local

não aceitam entregar sua produção e receber apenas quando a receita da venda do óleo for levantada, já que alegam não ter meios para sobreviverem sem dinheiro durante esse período de espera. Portanto, a falta de capital de giro ainda deixa muitos castanheiros na mão dos atravessadores, já que não lhes resta outra saída.

O contrato com a Natura é alvo de muitas críticas, em especial a de atualmente só estaria beneficiando a própria Natura. Os moradores da comunidade acham que o fundo é fictício, já que para acessar o dinheiro, a comunidade tem que montar uma associação, independente da cooperativa, elaborar um projeto, através de uma empresa terceirizada, e em seguida esperar pela aprovação da Natura. Com isso, o fundo foi utilizado apenas uma vez, para a compra de um novo maquinário para a fábrica. Os mesmos moradores dizem que isso só foi autorizado pela Natura, pois se tratava de um investimento que beneficiaria a comunidade como um todo.

Um dos integrantes da cooperativa, Delbanor Melo Viana, conhecido como Arraia, declarou que o governo não investe na comunidade, pois acredita que há recursos suficientes provenientes do fundo da Natura. Disse, porém, que deveria ser obrigação do governo fornecer saúde, educação e saneamento para a população. Um dos projetos que a comunidade espera implantar com o dinheiro do fundo é a construção de banheiros em todas as casas da comunidade. Também está prevista a construção, em parceria com o governo estadual, de um posto de saúde na comunidade, visto que na região a malária é endêmica, atingindo quase a totalidade da população, e um posto de saúde próximo à comunidade poderia evitar mortes outros danos associados à doença.

Durante as entrevistas feitas com os moradores, também foram questionados sobre os benefícios que a cooperativa trouxe para suas vidas. As mulheres relataram que a proximidade das outras famílias trouxe-lhes mais alegria, já que elas tinham vizinhas para conversar, alguém para quem dizer bom dia. A chegada da energia elétrica também proporcionou facilidades da vida moderna tais como aparelhos de refrigeração, que prolongam a vida útil dos alimentos. Esse fato aumentou a proporção de alimentos industrializados consumidos, comprados em supermercados. Os homens avaliam a melhoria na qualidade de vida pelo aumento dos bens materiais que conseguiram comprar, como televisões modernas (há casas com até três) e barcos com motores movidos à gasolina, ao invés das velhas embarcações a remo. Alguns dirigentes



possuem até imóveis nas cidades de Laranjal do Jarí e Macapá. As críticas também existem. Muitos mencionam a falta de privacidade na comunidade, já que com a proximidade das casas, os comentários sobre a vida pessoal são inevitáveis. Outro problema causado pela proximidade das casas é a falta de espaço para a criação de animais e plantas.

Essa melhora no nível de renda, associada ao aumento no consumo de bens industrializados, tem implicações para o desenvolvimento sustentável, já que aumenta a produção de lixo. Como a comunidade se encontra no entorno da RDS do Rio Iratapuru, o lixo produzido é prejudicial para a fauna e a flora da região. Atualmente a comunidade conta com cerca de 30 famílias, em um total de 150 habitantes. Uma hidrelétrica pode ser construída no local dentro de alguns anos, o que inundaria a região, sendo que as casas teriam que ser deslocadas. Mas a complexidade do projeto e os danos ambientais que ele pode causar tornam menores as chances do projeto sair do papel.

## 3.2.A COMAJA

Criada em 1986, por iniciativa isolada de um grupo de extrativistas da RESEX Cajari, a COMAJA tinha, em um primeiro momento como objetivo juntar as produções individuais dos cooperados, a fim realizar vendas em maior quantidade, o que permitiria a negociação de melhores preços. Apesar disso, os principais compradores ainda eram os próprios atravessadores.

Nessa época, segundo Eliseu Cardoso, atual presidente da cooperativa, o andamento de todas as operações era lento e precário, não havia a documentação legalmente necessária e o quesito organização deixava muito a desejar. Eliseu, que foi integrante do conselho fiscal em 1987, ressaltou que havia indivíduos que enxergavam a cooperativa apenas como forma de tirar vantagem sobre os outros e receber benefícios governamentais. No entanto, com a posse de um novo presidente e com o maior interesse por parte dos cooperados, houve novo fôlego à cooperativa, passando a evoluir do seu estágio inicial de concentradora de produção.

Inicialmente percebeu-se a possibilidade de agregar valor ao produto antes de vendê-lo. Eliseu Cardoso relatou que: “A gente percebeu que podia ganhar mais dinheiro se a vendesse descascada”. Então, com recursos pessoais dos castanheiros, foram adquiridas onze máquinas usadas para realizar a quebra da castanha. Além do valor adicionado ao produto, outro



# Projeto Conexão Local

grande benefício advindo dessa iniciativa foi a geração de emprego para a família dos cooperados, especialmente as mulheres, que passaram a trabalhar como “quebradeiras”, trazendo uma nova fonte de renda para a família. E foi assim que o beneficiamento do produto foi iniciado, mesmo que ainda em um estágio artesanal.

A partir do momento em que as vantagens da quebra puderam ser percebidas, mais pessoas passaram a ter interesse em se cooperar. A produção foi aumentando e mais máquinas foram adquiridas. Em 1997, com recursos próprios da cooperativa e advindos de empréstimos pessoais, a COMAJA adquiriu, em Belém, todos os equipamentos de uma indústria parada, a fim de iniciar o processamento da castanha. Houve críticas a esta atitude, uma vez que todo o caixa da cooperativa esgotou-se nessa operação. No entanto, tal aquisição acabou por representar um grande salto na trajetória da cooperativa.

Em 1998, a política estadual de extração de produtos não-madeireiros, fruto do PDSA, acabou por beneficiar o empreendimento, que foi incubado pelo PIETEC, com finalidade de promover o melhoramento tecnológico e fortalecimento da cadeia produtiva, a estabilidade da produção, a conquista de mercados formais, antes considerados inacessíveis aos pequenos produtores, criando condições de crédito, financeiras e mercadológicas para que os produtores tivessem melhores alternativas de comercialização e pudessem inserir seus produtos em uma nova lógica de mercado, uma vez que até então negociavam diretamente com atravessadores ou em feiras livres da capital, sem a qualidade requerida por consumidores mais exigentes. Além do apoio em infra-estrutura durante o período de incubação, os cooperados e funcionários participaram de cursos de capacitação sobre os mais diversos assuntos, tais como manejo da castanha, técnicas culinárias, contabilidade, cooperativismo, entre outros, oferecidos tanto pelo próprio IEPA, quanto pelo SEBRAE/AP, que se mostrou um grande parceiro do programa.

Foi concomitantemente a isso que se iniciou, com incentivos do governo estadual, a parceria já citada com a COMARU, em que a produção extraída da RDS do Iratapuru quanto do Cajari eram destinadas à fábrica de Laranjal, onde a COMAJA extraía o óleo, e posteriormente à comunidade do Iratapuru, onde a torta era utilizada para a fabricação de biscoitos. Enquanto essa parceria funcionou, o transporte era pago pela SEICOM, que dava subsídios para que novos investimentos fossem feitos na capacidade produtiva da COMAJA. Todo lucro era reaplicado na



própria fábrica e assim, tanto a produção quanto o número de empregos gerados foi crescendo, conforme apontam os dados da tabela 2.

Tabela 2: Industrialização de castanha-do-brasil na COMAJA

Quantidade beneficiada (em hectolitros)

<b>1995</b>	1000
<b>1996</b>	2000
<b>1997</b>	3000
<b>1998</b>	6000
<b>1999*</b>	2500
<b>2000</b>	7000
<b>2001</b>	6000
<b>2002</b>	6000
<b>2003</b>	8500
<b>2004</b>	10000
<b>2005</b>	18000

Fonte: Relatório SEICOM/AP 2005

Nota: 1999 mostrou-se um período de crise devido às quedas periódicas de produtividade nas castanheiras, explicada nas características do produto

Um fato interessante é que grande parte do óleo produzido era refinado e industrializado na França. Contudo, em 1998 foi feito um acordo entre a COMAJA e a empresa francesa Emile Noël, que previa a compra de 7,5 toneladas de castanha a R\$ 3,50/kg, sendo que destes, 500 kg seriam transformados em azeite, devidamente refinado e pronto para o "consumo", devolvidos para a cooperativa para comercialização. Isso evidenciou a vantagem de se vender produtos com maior grau de industrialização.

Em 2000, a cooperativa percebeu o potencial de uma demanda diferenciada por um produto mais durável e em conformidade com os padrões oficiais de higiene e conservação, além de se deparar com a possibilidade da exportação. Com a transformação da castanha-do-brasil em *commodity* e regulação do seu preço em dólar, essa alternativa se tornou ainda mais atraente. No mesmo ano, a cooperativa começou a produzir a chamada castanha *dry*, que é seca e desidratada, separada

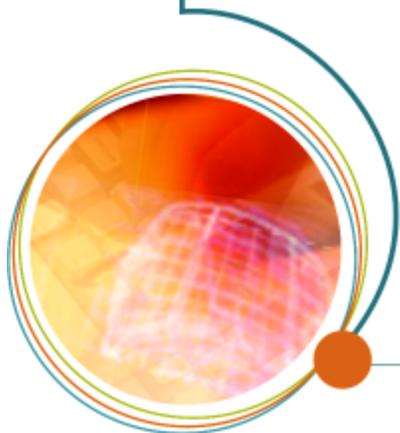


por tamanho e depois colocada em embalagens especiais, nas quais é injetado o gás NO<sub>2</sub>, que mantém o produto em bom estado de conservação por mais tempo. Em 2001, a cooperativa passou a utilizar apenas castanha *broken* (pedaços quebrados de menor valor) para produzir o óleo, o que melhorou seu rendimento.

Com o fim da parceria com a COMARU em 2003, devido ao incêndio na fábrica desta última, a COMAJA passou a concentrar todos os seus esforços na castanha *dry*, e sua produção manteve-se padronizada e crescente a cada ano. Com isso, os empregos gerados, principalmente para as “quebradeiras”, mesmo que temporários, passaram a ser a principal contribuição da cooperativa para com a sociedade, tornando-na hoje a segunda maior empregadora do município de Laranjal do Jarí, atrás apenas da prefeitura. Na safra de 2006 foram realizadas cerca de 120 contratações para quebra. Curiosamente havia apenas um homem no grupo, mostrando que a cooperativa absorve uma porcentagem expressiva da mão-de-obra feminina do município, cujo trabalho complementa a renda familiar.

É importante citar que o bom relacionamento com os funcionários se tornou uma premissa para o funcionamento da cooperativa. Na COMAJA tudo é discutido profundamente, de forma que sempre haja um acordo que beneficie ambas as partes. Como exemplo, as mulheres que trabalhavam como quebradeiras estavam organizadas em uma cooperativa que prestava serviços para a COMAJA. Isso permitia menores custos aliados a uma maior remuneração, já que a incidência de impostos era menor. No entanto, por motivos legais, todos passaram a trabalhar com carteira assinada, o que resultou num horário menos flexível. Com essa mudança, houve a intenção de realizar contratos de safra para evitar certas tributações, mas como isso impossibilitaria os funcionários de receber seguro desemprego, tal tentativa foi abandonada.

Além da gestão voltada ao bem-estar dos contratados, a COMAJA tem mais um diferencial em relação a outros empreendimentos do estado: a primazia pela motivação a fim de aprimorar o desempenho e a produtividade do trabalho. Na COMAJA, as “quebradeiras” mais produtivas são recompensadas. No final do período de produção, as que descascaram mais quilos de castanha (algumas chegam a quebrar 20 kg/dia) ganham prêmios tais como, ventiladores e batadeiras, e a primeira colocada ganha uma televisão. Isso aumenta a auto-estima das trabalhadoras, que se sentem mais úteis e valorizadas, seja pelo reconhecimento pelo trabalho bem feito ou pela oportunidade de ter um emprego que as torna provedoras em seus lares.



# Projeto Conexão Local

Finalmente, ao analisar todo o histórico da cooperativa é natural pensar que se trata de uma trajetória de sucesso e superação de problemas. No entanto, há um porém: hoje a cooperativa tem o importante papel de empregadora no município, além de agregar valor a um produto nativo que está sendo destinado inclusive ao mercado externo, mas para aqueles a quem ela foi inicialmente criada, a situação nem sempre é favorável. Atualmente a COMAJA é formada por 120 cooperados, dos quais cerca de 2/3 são castanheiros. No entanto, o empreendimento funciona basicamente como uma empresa privada prestadora de serviços. Segundo o gerente de produção, Manoel, cerca de 80% da capacidade da fábrica é utilizada para o beneficiamento da castanha de terceiros, em geral atravessadores, e não dos próprios castanheiros.

Resumidamente seu funcionamento ocorre da seguinte forma: o produtor ou vendedor entrega a castanha *in natura* mediante contrato previamente estabelecido. Esta é então beneficiada, embalada e entregue na porta da fábrica pelo valor de R\$3,00/kg. A receita gerada é utilizada para pagamentos dos funcionários e manutenção da fábrica. Dessa forma, sem a distribuição de lucros, nenhum benefício é gerado para o castanheiro, exceto o desconto de 20% no processamento do produto oferecido para os associados. Segundo a tesoureira, Palmira Brito, o presidente, chamado de “dono da cooperativa”, é quem mais se utiliza dessa vantagem. É importante destacar que, para se associar, é necessário o pagamento de R\$ 400,00 mensais pelas chamadas “cotas parte” da cooperativa, o que faz com que poucos produtores consigam se tornar sócios regulares adimplente, com direito a voz e voto nas decisões.

As causas dessa situação são reportadas pelos dirigentes à falta de capital de giro, que impossibilita a aquisição de matéria-prima, e ao imediatismo dos extrativistas, que preferem receber pagamento imediato dos atravessadores na venda da castanha *in natura* ao invés de esperarem para obter ganhos maiores depois de processada. Segundo o gerente de produção da cooperativa, a ociosidade dos equipamentos seria muito grande caso eles só processassem castanha dos cooperados, gerando prejuízos incontáveis.

Notou-se que a cooperativa, apesar de ser atualmente um empreendimento auto-sustentável, já que conta com poucos incentivos do governo, como a doação de cadeiras e climatização das áreas de quebra, distanciou-se do objetivo pela qual surgiu: melhorar a vida dos castanheiros da região acabando com a dependência do regime de aviamento. Como será



detalhado mais adiante, em algumas comunidades bem próximas ao município há pouco ou nenhum contato com a cooperativa para a venda esporádica de castanha. Dessa forma, há muito o que se repensar sobre a estrutura atual da COMAJA, e no quanto de cooperativismo há no empreendimento nos dias de hoje.

### 3.3. Outras comunidades visitadas

Foram visitadas outras comunidades além, de São Francisco do Itatapuru. Entre elas está a comunidade de Santo Antônio da Cachoeira, a margem do rio Jari. Esta comunidade teve importância econômica no início do século XX, quando era um pólo de extrativismo de produtos da floresta. Nessa época contava com mais de 100 famílias. As 30 que ainda restam na região contam que as demais famílias migraram para as cidades, como Laranjal do Jari, que teve seu tamanho duplicado nos últimos anos. Quanto à castanha, o principal produto extraído da região, não é comercializada com as cooperativas, já que quando os representantes destas chegam, as vendas já foram feitas aos atravessadores. Além disso, os atravessadores compram a safra com antecedência, coisa que as cooperativas não podem fazer devido a falta de capital de giro.

Na comunidade da Padaria, que tem seu nome ligado ao seu fundador, “Zé Padeiro”, a situação é a mesma. Ninguém comercializa com as cooperativas, e muitos dependem dos “Mutrans”, já que estão com a safra do próximo ano vendida.

Na tentativa de sanar o problema da entressafra, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) conseguiu, por meio de uma liminar, que o crédito concedido aos produtores de mandioca fosse também estendido aos extrativistas de castanha. Já no primeiro ano de financiamento, a safra foi muito prejudicada e os castanheiros não tiveram condições para pagá-lo. Em vista deste fato, o RURAP conseguiu junto ao Banco do Brasil prolongar o prazo de pagamento e estender o financiamento para o próximo ano.

Nas duas comunidades, os moradores reclamam da falta de uma cooperativa e de apoio do governo para sua criação. Apesar disso, há órgãos como o RURAP, a SEMA e o IEPA que auxiliam os produtores nas questões relacionadas a cultivo, manejo e mercado dos produtos agrícolas e da floresta. Eles oferecem consultoria gratuita, indicando o melhor modo para



se fazer uma horta, como coletar a castanha, assim como fornecem o projeto e ajudam na construção de barracões para o armazenamento da castanha, para evitar que ela sofra contaminação.

Com exceção de Santo Antônio da Cachoeira, que teve suas casas construídas pela Empresa Jari Celulose, como parte de um acordo de responsabilidade social, é possível reparar que as casas são bem mais simples nessas comunidades, se comparadas às casas de São Francisco do Itatapuru, assim como os moradores possuem menos bens e embarcações disponíveis. Isso pode ser consequência do aumento de renda que a cooperativa ocasionou no Itatapuru. Portanto, uma cooperativa nessas outras comunidades também poderia ajudar na inclusão social dos produtores locais.

## 4. Discussão

### 4.1. Problemas enfrentados

Um dos principais problemas enfrentados pelas duas cooperativas é a falta de capital de giro, como já foi descrito acima. Como as cooperativas não têm dinheiro para comprar a castanha, os castanheiros continuam na mão dos atravessadores, contrariando a idéia inicial do projeto de livrar os ribeirinhos dessa dependência.

Outro problema grave é a falta de continuidade das políticas públicas voltadas aos castanheiros. Quando houve a transição do governo, as verbas da Secretaria Estadual de Comércio Indústria e Mineração (SEICOM), foram reduzidas em cerca de 85%, o que prejudicou sensivelmente as cooperativas, já que estas dependiam muito do apoio financeiro da SEICOM. Como exemplo, o custo do combustível para transporte entre as cooperativas COMAJA e COMARU era arcado pelo dinheiro público, o que tornava viável a iniciativa, pois as distâncias são consideráveis. Com o fim dos incentivos, as cooperativas tiveram que caminhar com as próprias pernas. Como na COMARU a matéria-prima não poderia mais ser transportada até a COMAJA para ser transformada em massa desidratada, e depois voltar para a COMARU, a solução foi fazer o processo de forma independente e produzir tudo lá.

Ainda tratando da descontinuidade administrativa, as constantes mudanças na gerência do projeto castanha-do-brasil na região sul afeta substancialmente o projeto, já que, em geral, não há manutenção das



ações iniciadas pela gestão anterior. Houve cinco gerentes diferentes nos últimos três anos. Outro aspecto notado é que os gerentes nem sempre são preparados e possuem *know-how* para exercer um cargo deste porte.

Outro aspecto que prejudicou diretamente as cooperativas foi a interrupção do fornecimento de biscoito de castanha para a merenda escolar do estado. Isso era uma receita garantida às cooperativas, que agora têm que depender da iniciativa privada, mesmo não estando totalmente prontas para isso.

Há problemas também por parte dos castanheiros como, por exemplo, o imediatismo na venda da produção. Mesmo tendo condições financeiras de esperar até o fim da safra, com o financiamento do PRONAF que lhes foi destinado, os castanheiros preferem vender sua produção antes mesmo de ela ser colhida, por preços que giram em torno de R\$ 30,00 por hectolitro, a esperar pelo fim da safra, quando podem ser conseguidos valores próximos de R\$ 80,00 por hectolitro.

Deve-se citar ainda a falta de cooperativismo dentro das comunidades, tanto na COMAJA quanto na COMARU, pois há o predomínio de interesses particulares em relação aos interesses do grupo. Apesar de todos terem o direito de voz e voto, os relatos dos castanheiros revelam que apenas alguns têm poder e tomam as decisões. Foi muito comum escutar entre eles a expressão “o dono da cooperativa”, demonstrando que tudo que foi construído até hoje se apóia em uma falsa idéia do que é cooperativismo. Muitos associam as cooperativas ao assistencialismo e paternalismo por parte da administração pública na região. Acreditam que cabe única e exclusivamente ao governo “dar-lhes o peixe”. No entanto, a gestão atual reduziu substancialmente esse paternalismo, o que gerou muitas críticas. Com isso, a idéia correta de cooperativismo passou a ser disseminada por meio de cursos e seminários, antes de serem tomadas atitudes como essas.

Entre outros aspectos, a dependência de um só produto, no caso a castanha-do-brasil, prejudica a renda das famílias na entressafra. Isso poderia ser evitado com a diversificação da produção, sendo que na região há muitos produtos que podem ser explorados, como açaí, seringa, palmito e frutas tropicais. Apesar dos castanheiros terem outras culturas, é uma produção de subsistência, já que não há um projeto que vise comercializar e agregar valor a estes produtos. A coleta da seringa, cujo período de safra ocorre na entressafra da castanha, poderia ser explorada, mas não há projeto nem incentivos voltados a isso, além da falta de interesse por parte dos



# Projeto Conexão Local

castanheiros. A copaíba e breu branco têm uma pequena participação nas vendas da COMARU, embora muito localizada.

Outro problema é a falta de armazenamento da produção em local adequado, o que leva ao surgimento de um fungo responsável pela Aflatoxina, o que torna o produto inadequado, já que é uma substância tóxica tanto aos animais como ao homem. O problema da aflatoxina pode ser eliminado por meio da construção de galpões para armazenamento da castanha, de pau-a-pique, elevados cerca de um metro do chão e cobertos.

Segundo o Professor Dalberto de Moraes Oliveira, chefe do grupo técnico de campo da RURAP de Laranjal do Jarí, há um problema quanto à sustentabilidade do projeto. Com o aumento na renda das comunidades, a população está crescendo, concomitantemente à redução do êxodo rural. Como essa população precisa de nutrientes, e a caça é ainda a principal fonte para isso, a população de cotias, pacas, e outros animais de caça está diminuindo na região. Como muitos deles têm uma participação importante na reprodução da castanheira, pelo espalhamento das sementes, no longo prazo a produção de castanha pode ser prejudicada. Além disso, grande parte das árvores da floresta estão relativamente velhas, com mais de 200 anos, período em que sua copa diminui, e conseqüentemente a produção cai. Para controlar esse problema, o RURAP tem incentivado a plantação de novas castanheiras, sendo que das 40.000 mudas previstas, 10.000 já foram plantadas.

A falta de comunicação entre as cooperativas e a SEICOM, o órgão responsável pela comunicação do governo com as cooperativas e pelas ações em relação ao projeto, é outro fator importante que atrapalha muito as oportunidades de novos negócios. Tanto na COMAJA quanto na COMARU são desperdiçadas toneladas de torta, a massa de castanha desidratada. A COMAJA enterrou no ano passado cerca de 12 toneladas de torta no fundo da fábrica, enquanto a COMARU, devido a ociosidade da nova fábrica de biscoitos, jogou nos rios toda a torta produzida. Cálidon Costa, gerente da castanha na região sul pela SEICOM, afirma que a secretaria recebe ligações de países da União Européia interessadas nesse tipo de produto, como fonte energética a partir de biomassa. No entanto, a falta de comunicação entre a SEICOM e as cooperativas impede que se obtenha uma receita ainda maior com a venda deste produto.



Por último, as indústrias de cosméticos que se interessaram pelo lugar nos últimos anos têm aumentado a renda dessas populações. Em alguns casos, como a COMARU, as comunidades são dependentes dessas indústrias para o seu sustento. Em um seminário sobre mercado e manejo de produtos da floresta, realizado em Macapá em julho de 2006, foi discutida essa questão. Como o mercado de cosméticos é muito instável e inovador, sempre buscando novos produtos e matérias primas, quando a indústria de cosméticos deixar o lugar, não haverá mais fonte de renda para essas comunidades. É preciso que novas matérias primas sejam encontradas e pesquisadas, dentro da própria floresta, gerando um ciclo contínuo de inovação e fonte de renda.

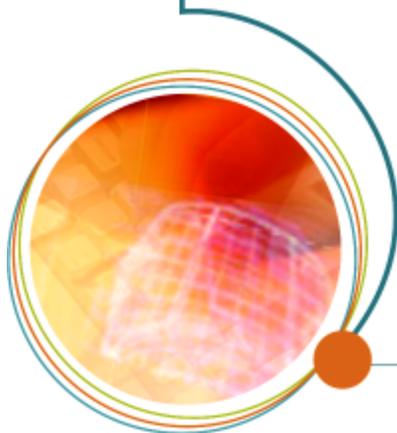
## 4.2. Ações prioritárias e oportunidades de revitalização

Apesar de todos os problemas enfrentados, o Projeto Castanha-do-brasil representa uma iniciativa importante, e que ainda tem muito a oferecer às populações locais. Em primeiro lugar, é necessário pensar em ações integradas, uma vez que o trabalho em conjunto é uma condição básica para que qualquer iniciativa possa progredir. Segundo o extrativista Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional de Seringueiros:

*“Existe toda uma demanda e uma produção, mas cada cooperativa tem um problema em particular. Na verdade, o que sentimos falta é de um projeto, isso nunca houve. Cada um está trabalhando do seu jeito. Precisamos é de um projeto para o setor de castanha no Amapá e de ações emergenciais para podermos continuar trabalhando.”*

A comunicação interna nas cooperativas e entre elas, assim como destas com as outras comunidades e com os órgãos públicos de apoio é essencial para promover a sinergia que o projeto requer. Ações pontuais, como a doação de maquinários ou combustível para embarcações, apesar de positivas, não levam à sua sustentabilidade.

Posteriormente, é preciso aliar as políticas públicas do estado a projetos de cunho sócio-ambiental. O PDSA, que já trouxe e continua trazendo bons resultados para a população amapaense, deve tornar-se uma prioridade para o governo do estado. No contexto em que se encontra hoje o Amapá, no qual a preservação pode se mostrar um “entrave” para o desenvolvimento nos moldes tradicionais, é essencial desenvolver políticas que promovam práticas e ações que levem a um desenvolvimento econômico



# Projeto Conexão Local

sustentável. Em vista disso, muitos ambientalistas acreditam que, além da renda gerada pela comercialização de seus produtos, os povos ribeirinhos, os caboclos da floresta e os pequenos agricultores, devem receber um pagamento por serviços ecológicos, por serem eles os principais guardiões de um bem de toda a sociedade: a floresta amazônica.

Hoje já se discute amplamente a introdução de políticas de pagamento por serviços ambientais, que corresponderiam a uma forma de compensação às comunidades tradicionais pelos benefícios gerados pela sua atuação na preservação das florestas. Tal alternativa evitaria que essas populações migrassem para centros urbanos, ou derrubassem a cobertura vegetal para praticar agropecuária como meio de sobrevivência. Assim, elas manteriam seu papel de guardiã e usuária sustentável dos recursos naturais.

Quanto a isso, as novas leis do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foram um progresso tremendo, principalmente pelo surgimento de formas diversas de Unidades de Conservação (UCs). A demarcação de Reservas Extrativistas (RESEX) ou de Desenvolvimento Sustentável (RDS) resolveu, em grande parte, a questão da posse e/ou usufruto das terras, que costumava ser uma reivindicação prioritária das populações tradicionais. Isso é uma garantia à estabilidade das comunidades que habitam as UCs e seus entornos, e à exclusividade de “exploração”, sempre sob contexto sustentável, dos recursos naturais presentes no local.

Aliados ao PDSA se fazem necessários mais investimentos em infra-estrutura, primordialmente em transporte. A dificuldade no escoamento da produção é um dos maiores obstáculos para a comercialização, aumentando os custos e, muitas vezes, impedindo a viabilidade de alguns negócios. Apesar da possibilidade de expansão da malha rodoviária, talvez essa não seja a opção mais adequada. Se o transporte fluvial fosse mais bem aproveitado, por embarcações mais velozes e que comportassem mais peso e volume de mercadorias, ao menos o escoamento para fora do estado seria mais ágil.

Fazendo-se os investimentos necessários a chance de viabilizar mais oportunidades se torna clara e visível. Atualmente a “marca” Amazônia já tem um grande peso tanto no Brasil quanto internacionalmente. Os produtos originados na floresta têm um apelo marcante para os consumidores, ou seja, existe a possibilidade de explorar um mercado fiel e volumoso. Neste aspecto deve-se apostar em uma distribuição mais abrangente dos produtos florestais, adequando-os aos padrões de higiene e estética internacionais.

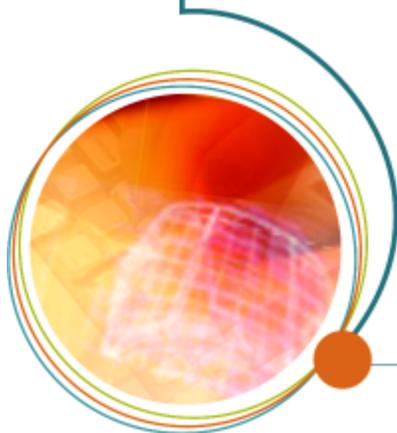


# Projeto Conexão Local

Outra oportunidade, cada vez mais presente, é o incentivo ao Ecoturismo. Cada vez mais em alta, representa uma fonte de divisas e geração de renda cujo potencial ainda é pouco aproveitado. Dentro da própria SEICOM já existem idéias sendo estudadas a respeito do assunto. Uma delas é treinar os filhos de extrativistas para serem guias nas reservas onde vivem. Há ainda a possibilidade dos moradores hospedarem turistas dentro das suas casas, como forma de imersão na realidade do povo amazônico. Embora as análises iniciais pareçam indicar que esta alternativa é viável, estudos de mercado ainda devem ser feitos para analisar se realmente há público para este tipo de turismo.

Outra possibilidade de captação de recursos é a partir de contratos de pagamento por acesso a recursos da biodiversidade. Com a grande valorização da responsabilidade social das organizações, tal exigência seria perfeitamente aplicável para as empresas que utilizassem matérias-primas florestais extraídas no estado. Além de aumentar a arrecadação estadual, tais contratos beneficiariam as comunidades diretamente, como mostra o exemplo da comunidade do Iratapuru em sua relação com a Natureza.

Com tudo isso, é possível notar que há incontáveis possibilidades de desenvolver e ampliar cada vez mais o Projeto Castanha-do-brasil, e até mesmo o PDSA em uma esfera maior de atuação. Basta que haja vontade por parte do governo, das comunidades e da iniciativa privada para agir em prol de melhorias que atingirão, direta ou indiretamente, a população civil como um todo.



## Conclusão

Analisando todos os aspectos da experiência vivida no sul do Amapá, foi possível constatar que, apesar do Projeto Castanha-do-brasil não ter atingido plenamente seus objetivos, este representou uma melhoria significativa na vida da população extrativista. A COMAJA, por exemplo, tornou-se a maior empregadora de Laranjal do Jari, gerando renda para diversas famílias que, caso contrário, não teriam como sobreviver. Já na comunidade de São Francisco do Iratapuru, houve uma considerável melhora das condições de vida, de forma relativamente sustentável, uma vez que hoje os ribeirinhos gozam de benefícios como escola comunitária, geração de energia elétrica e acesso à água tratada.

No entanto, algumas melhorias hoje visíveis na vida dos castanheiros foram determinadas por fatores externos ao Projeto. A valorização da castanha “in natura” deu-se devido a regulamentação de seu preço no mercado internacional de *commodities*. Ainda, o aumento na procura do produto por empresas de cosméticos ocorreu apenas por uma tendência mercadológica atual, mas que futuramente poderá entrar em declínio, já que os produtos de beleza tem, em geral, ciclos de vida reduzidos.

Apesar dos benefícios gerados, os objetivos iniciais do projeto ainda estão longe de serem alcançados. Grande parte da população de castanheiros, mesmo no sul do Amapá, ainda não participa do processo de inclusão social promovido pelo projeto. Além disso, a falta de continuidade do PDSA afetou bastante o cumprimento dos objetivos do projeto. A falta de sinergia nas ações locais (entre as comunidades e cooperativas), municipais (entre as prefeituras e seus diversos órgãos) e estaduais (entre as secretarias), acaba por gerar benefícios pontuais, não demonstrando efeito no longo prazo. A comunicação e integração das iniciativas é essencial para o bom funcionamento de qualquer projeto, o que não é diferente no caso estudado.

Nota-se que ainda há muito a ser feito para realizar as propostas iniciais do Projeto. Diversas mudanças e adaptações se fazem necessárias a fim de garantir sua sobrevivência e sustentabilidade. A idéia é promissora e, se apoiada, há grandes chances de se atingir a tão sonhada inclusão social dos castanheiros, aliada à preservação ambiental e desenvolvimento econômico do estado.



## Referências Bibliográficas

Rosário, Lúcia Tereza Ribeiro do, Lima Junior, Antônio Carlos. **O Modelo de Incubação de Cooperativas de Produção em Comunidades Extrativistas no Estado do Amapá**. Anprotec, 2002.

Dantas, Fátima Lúcia Carrera Guedes. **Empreendedorismo ou Subsistência na Floresta? O Caso do Iratapuru/COMARU no Amapá**. UNB, 2003.

Becker, Bertha, Léna, Philippe. **Pequenos Empreendimentos Alternativos na Amazônia**. UFRJ, 2002.

Análise desenvolvida pelo IEPA para o Governo do Amapá. **Gestão Participativa para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru**. 2000.

Sites Pesquisados

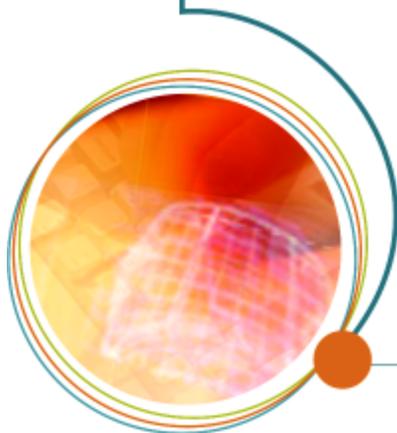
<<http://www.amazonconservation.org>>

<<http://www.ap.gov.br>>

<<http://www.biodiversidadebrasil.com.br/programas/>>

<<http://www.ibge.org.br>>

<<http://www.ipeadata.gov.br>>



## Entrevistas realizadas

### Entrevistado

Ademar da Silva Mendes

Alípio Rodrigues Pinheira  
da Cachoeira

Alzimar Jesus Machado

Andrelina de Jesus Melo de Souza  
da Cachoeira

Antônio de Souza Caldos (Curupira)

Benedito Rodrigues da Silva

Benício Dias

Cálidon Costa

Claudemir Pereira

Cleiton

Claudia Gisele Barros de Souza

Dalberto de Moraes de Oliveira

Delbanor Melo Viana (Arraia)

Dimitrius Gabriel

Eliseu Cardoso

Jesse James Lima da Costa

José Gonçalves

Lucivaldo Nobre

Laranjal do Jari

Luiz Fernandes Farias  
da Cachoeira

Manoel

Newton Marcelo

Palmira Brito

### Órgão

SEICOM

Comunidade de Sto. Antônio

SEICOM

Comunidade de Sto. Antônio

COMARU

COMARU

SEICOM

SEICOM

COMARU

RURAP

SEMA

RURAP

COMARU

SEMA

COMAJA

SEMA

Comunidade de Padaria

Prefeitura Municipal de

Comunidade de Sto. Antônio

COMAJA

SEMA

COMAJA

Raimundo de Souza Neto	Comunidade de Sto.
Antônio da Cachoeira	
Raimundo Nonato Farias	Comunidade de Sto.
Antônio da Cachoeira	
Sebastião Marques (Sabá)	COMARU
Sônia Varela	Prefeitura Municipal de
Laranjal do Jari	
Thiago	SEICOM
Valter da Silva Santos	Prefeitura Municipal de
Laranjal do Jari	

## Agradecimentos

- A Cálidon Costa (Gerente da Castanha), representando todos da SEICOM/AP;
- A Dimitrius Gabriel (Gerente da RDS Iratapuru), representando todos da SEMA/AP;
- Aos cooperados da COMAJA pela atenção e boa vontade;
- À comunidade de São Francisco do Iratapuru pelo acolhimento;
- Ao nosso tutor Otávio Prado pelo apoio;
- E ao GV Pesquisa e ao Programa Gestão Pública e Cidadania pelo suporte e principalmente pela oportunidade de fazermos parte do Conexão Local.

Muito Obrigado!



Permitida a reprodução desde que citada a fonte

